



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS – CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

AVENIDA ONÇA PINTADA, Nº 1308, GALO DA SERRA, CEP 69.735-000, PRESIDENTE FIGUEIREDO.

NOTA TÉCNICA 11.2023 – NCC/DEPAD/CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO -
IFAM

PROCESSO: 23443.000216/2023-66

LICITAÇÃO: Pregão nº 04.2023

OBJETO: Contratação dos serviços de apoio administrativos, para as mão de obras, agente de portaria e recepcionista.

Ao Senhor,

MATEUS LIMA

Departamento de Aquisições, Licitações e Contratos

Manaus (AM), 13 de junho de 2023

Senhor Pregoeiro,

1. Considerações Gerais

O presente ato licitatório visa à contratação de empresa especializada para proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de forma contínua de agente de portaria e recepcionista, com fornecimento de insumos e materiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e Termo de Referência, anexo I do Pregão Eletrônico nº 04.2023.

2. Da Análise

A empresa **A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 23.080.111/0001-50** apresentou sua proposta para o posto de agente de portaria no dia

06/06/2023, as 11:16 horas, no valor de R\$ 73.721,52, para o posto de agente de portaria, com fornecimento de equipamentos e materiais.

Verificou-se que a planilha de custos apresentava o preço-homem mensal no total de R\$ 3.071,73 (três mil, setenta e um reais e setenta e três centavos), valor mensal R\$ 6.143,46 (seis mil, cento e quarenta e três e quarenta e seis centavos) e valor anual de R\$ 73.721,52 (setenta e três mil, setecentos e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos).

Ao realizar a análise da composição da planilha de custos, foi verificado a ausência de composição de custos unitário para a propostas, conforme itens a seguir:

Item VALE TRANSPORTE - A CCT – AM000061/2023 determina por meio da Cláusula Décima Quarta que as empresas que não fornecem transporte próprio, “deverão conceder o vale-transporte instituído pela Lei 7.169, de 30.09.87, e regulamentação pelo Decreto Federal n.º 95.247, de 17.11.87.”

Além disso, a CCT estabelece o percentual de desconto em 4% (quatro por cento) do Vale Transporte sobre o salário base dos trabalhadores.

A licitante NÃO ofertou para o item transporte o custo unitário de R\$ 5,00 (cinco reais), informações relevantes para o dimensionamento da proposta o valor determinado para o município de Presidente Figueiredo é de R\$ 5,00 (cinco reais), conforme decreto municipal nº 3148 de 18 de outubro de 2021.

5.5.22. O valor a ser cobrado no vale transporte é aquele cobrado no município de Presidente Figueiredo, ou seja 5,00 descontando a participação do empregado.

Conforme art. 10 do Decreto nº 95.247/1987, “o valor da parcela a ser suportada pelo beneficiário será descontada proporcionalmente à quantidade de Vale-Transporte concedida para o período a que se refere o salário ou vencimento e por ocasião de seu pagamento, salvo estipulação em contrário, em convenção ou acordo coletivo de trabalho, que favoreça o beneficiário.”

Item ASSISTÊNCIA MÉDICA E FAMILIAR – conforme Cláusula Décima Sétima, parágrafo primeiro, indica que para a viabilidade financeira deste benefício assistencial e social, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, a título de contribuição financeira, as empresas convenientes recolherão, até o décimo dia útil de cada mês, ao SEAC-AM, através de boleto bancário ou depósito identificado, o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado.

A licitante omitiu os valores para esse custo na proposta apresentada.

Item “PLANO ODONTOLÓGICO”, não foi preenchido custo na proposta da licitante, embora conforme Cláusula Décima Quinta, parágrafo primeiro, foi estipulado pela CCT a participação de R\$ 15,00 (quinze) reais por empregado e desconto de até 50% desse valor:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor unitário de pagamento da mensalidade por cada trabalhador será na ordem de R\$ 15,00 (QUINZE REAIS) e fica autorizado a EMPRESA ou CONDOMÍNIO a efetuar o desconto no valor máximo de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) por trabalhador, e o mínimo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para adequação a RN 297-PLANO DE CONTINUIDADE.

Item BONUS ASSIDUIDADE – conforme cláusula oitava da CCT é devido o pagamento do bônus assiduidade a todos os empregados que não possuem falta injustificada, advertências, suspensões ou outra penalidade oriunda das relações de trabalho na Empresa, na data de seu aniversário.

CLÁUSULA OITAVA - DO BÔNUS ASSIDUIDADE ANIVERSÁRIO Fica convencionado o pagamento por parte dos Empregadores do benefício “Bônus Assiduidade Aniversário”, que atenderá os trabalhadores que, durante o período de vigência desta CCT e em razão de seu aniversário, não possuindo o empregado: falta injustificada, advertências, suspensões ou outra penalidade oriunda das relações de trabalho na Empresa, este trabalhador, no mês de seu aniversário, fará jus a um bônus no valor de R\$ 200.00 (Duzentos Reais), benefício de caráter indenizatório, pago ao trabalhador fora de seus ganhos salariais.

Importante salientar que já possuímos contrato com empresas que apresentaram o mesmo tipo de proposta, contudo, diante das dificuldades de cumprimento do contrato, houve o desgaste dessa Administração nos processos de rescisão contratual, sanção administrativa e planejamento para nova contratação.

Diante da omissão dos itens listados, vejamos o que diz a legislação, conforme o artigo 63 da IN05/2017 e o Anexo VII – A e Acórdão do TCU nº 936/2004 – Plenário:

IN 05/2017

(...)

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Anexo VII – A da IN 05/2017

(...)

7.5. A apresentação das propostas nos termos do subitem 7.4. Acima implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, **assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários,**

em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição; (grifo nosso)

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

“(…) 52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. **Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente.** Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos) (...) Voto do Ministro Relator (...)”

Logo, embora a empresa opte por omitir os custos dos itens da CCT, o Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário é taxativo ao afirmar a obrigatoriedade da empresa em informar esses custos, **“outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente”**.

Além disso, a planilha de custo apresenta valores nas zonas de atenção para os itens “Custos Indiretos” e “Lucro”, no percentual de 1,32% e 1,33% respectivamente, muito abaixo no cenário mínimo de atenção, conforme estudos da FIA:

A estimativa de lucro utilizada para cálculo dos valores limite derivam de estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas (FIA) e correspondem à 6,79% em cenário máximo e 3,90% no cenário de atenção. (Orientações Serges para elaboração da planilha de custos)

Agente de Portaria			
Item	Base de cálculo	Percentual	Valor
Custos indiretos	R\$ 2.891,85	1,32%	R\$ 38,17
Lucro	R\$ 2.930,02	1,33%	R\$ 38,97
Tributos	R\$ 3.250,13	8,65%	R\$ 281,14
PIS	R\$ 3.250,13	0,65%	R\$ 21,13
COFINS	R\$ 3.250,13	3,00%	R\$ 97,50
ISS	R\$ 3.250,13	5,00%	R\$ 162,51

Fonte: Planilha da Licitante

É importante salientar que não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, no entanto, torna-se necessário sanar alguns questionamentos:

- A proposta com a margem de lucro apresentada é viável?
- Possui outros contratos que rendem receita suficiente para suportar as despesas administrativas dessa nova contratação?

- c) Qual política de ganhos da empresa?

3. Conclusão

Embora a empresa tenha adotado a planilha modelo constante disponibilizadas pela IFAM, cabe a ela a responsabilidade do correto preenchimento da planilha Modelo. Além disso é importante deixar claro, que o valor da proposta da licitante deve ser o reflexo da composição dos Módulos da Planilha de Custos, o que não ocorre nessa proposta.

A proposta apresenta mais de um item com ausência de valor e item com percentuais irrisórios, ou custo unitário irrisório, segundo a anexo VII-A, item 9.3 da IN 05/2017, **itens isolados da planilha com percentuais abaixo do mínimo ou indícios de inexecuibilidade, não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, desde e quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, comprovando que o valor proposto seja o bastante para arcar com todos os custos da contratação.**

Solicita-se a comissão de licitação, solicite que a empresa inclua os itens obrigatório da CCT, conforme orientado no Acórdão TCU nº 963/2004. Além disso, orientamos que caso a empresa não consiga corrigir a proposta e não apresente justificativas técnicas quanto a omissão de itens e percentuais com indícios de inexecuibilidade da Planilha de Custos, sugerimos que a proposta da empresa seja eliminada por ausência de legitimidade dos custos, caso não seja aceita pela equipe de planejamento essa condição, recomendamos a empresa demonstrar essa diferença em relação ao lucro proposto, ou seja, demonstrar que o lucro anual do contrato seja suficiente para zerar o custo anual da omissão.

Logo, somos favoráveis pela DESCLASSIFICAÇÃO da planilha de custos analisada, ficando a cargo da comissão a decisão pela desclassificação da proposta ou a abertura de diligências para a correção da planilha, salienta-se ainda que esta é a segunda análise da proposta da licitante.

Atenciosamente,

Marlena Raquel dos Santos Vasconcelos

Contadora - CRC-AM 15379-O

Núcleo de Contabilidade e Custos – Campus Presidente Figueiredo